

# Histórico da Viticultura no Vale do Submédio São Francisco

---

*Patrícia Coelho de Souza Leão*

*Maria Auxiliadora Coêlho de Lima*

No Brasil, a videira foi introduzida em 1532, por Martim Afonso de Souza, na Capitania de São Vicente, e permaneceu sem qualquer importância no século 18 e parte do século 19, quando a cana-de-açúcar e o café atraíram todas as atenções. Foi a partir da segunda metade do século 19 que a vitivinicultura brasileira passou a ter importância comercial, com base em variedades americanas labruscas e bourquinhas, desenvolvendo-se polos vitivinícolas em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, impulsionados pelas correntes imigratórias italianas (LEÃO; POSSÍDIO, 2000a).

No Nordeste brasileiro, a videira já se encontrava presente desde o século 16, nos estados da Bahia de Pernambuco, onde alcançou expressão econômica nas ilhas de Itaparica e Itamaracá, respectivamente. Na Ilha de Itamaracá, foram explorados os mais importantes vinhedos do Brasil, desde sua introdução até a dominação holandesa, por volta de 1636, quando a atividade recebia estímulos econômicos. Do litoral, a viticultura avançou para o interior pernambucano e do Nordeste como um todo, encontrando ambiente propício ao seu desenvolvimento, o que pode ser observado nos dias atuais. Todas as castas cultivadas na época eram originárias de Portugal e, portanto, pertenciam à espécie *Vitis vinifera* L. Entretanto, até o final dos anos 1940, o cultivo da videira no Nordeste semiárido brasileiro, mais especificamente no Vale do Submédio São Francisco, não passou de cultura de quintal, em sistema semiextrativo (LEÃO, POSSÍDIO, 2000a; SOUZA, 1996).

A partir da década de 1950, com a chegada do técnico português José Cabral de Noronha e Menezes, em 1952, para trabalhar junto à antiga Comissão do Vale do São Francisco, hoje Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), iniciou-se a introdução de práticas de cultivo, como poda racional, desbaste de cachos, controle de doenças e uso de fertilizantes, entre outras (ALBUQUERQUE et al., 1987; LEÃO; POSSÍDIO, 2000a).

Souza et al. (1959), citados por Albuquerque et al. (1987), em relatório elaborado para a Comissão do Vale do São Francisco, em 1959, fizeram referências a variedades viníferas, cultivadas em pequenas plantações, como às do Posto de Colonização (Diocese de Petrolina), em Petrolina, PE, Horto Florestal (hoje Campus IV da Universidade do Estado da Bahia) e Vale do Salitre, em Juazeiro, BA. Dentre outras variedades, mencionaram Estevão Marinho, Ferral Tinta, Carnaúba, uma equivocada Sabalskankoi, Vermentino do Salitre, Moscatel Rosada e Olivette Noire (ALBUQUERQUE et al., 1987). Registraram-se, na década de 1950, empreendimentos públicos e privados, que funcionaram como embriões da viticultura hoje praticada no Vale do Submédio São Francisco (LEÃO; POSSÍDIO, 2000a).

No Município de Santa Maria da Boa Vista, PE, o espanhol José Molina, com a assessoria técnica da Comissão do Vale do São Francisco, iniciou, em 1958, o plantio de uma área de videira que atingiu 10 ha, utilizando as variedades Itália, Ferral Preta, Alphonse Lavallé e Ohanez (SOUZA, 1996). Já em 1956, a Cinzano S. A. iniciou, em Petrolina, PE, um projeto para 100.000 plantas de híbridos para vinho. Plantios das variedades Moscato Italiano, Peverella, Trebbiano, Moscatel d'Alexandria, Ferral Preta, Alphonse Lavallé e Alicante Preta também foram iniciados em Belém do São Francisco, PE, no ano de 1957. Em 1958, em terras do Núcleo de Colonização Afonso Ferraz, em Petrolândia, PE, foram plantadas 5.000 mudas da variedade Itália. Outras áreas de plantio existiram no Posto de Colonização, Petrolina, PE, Posto de Irrigação do Rio Salitre, Juazeiro, BA, além de outros empreendimentos (LEÃO; POSSÍDIO, 2000a).

Com a criação, em 1975, do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido (Embrapa Semi-Árido), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), os trabalhos de pesquisa com a cultura da videira foram intensificados nos Campos Experimentais de Bebedouro e de Mandacaru e, também, junto à iniciativa privada (ALBUQUERQUE et al., 1987).

A partir do final da década de 1980 e em 1990, iniciou-se uma fase de diversificação da viticultura do Vale do Submédio São Francisco, em que os produtores buscaram, com maior interesse, novas alternativas de variedades à Itália, Piratininga e Patrícia. Então, as variedades Red Globe, Benitaka e Brasil passaram a ser cultivadas comercialmente. Na década de 1990, observou-se uma grande expansão das áreas cultivadas e o maior aporte tecnológico no setor com a implantação de muitas fazendas de médio a grande porte, dotadas de infraestrutura, incluindo galpões de embalagem climatizados e unidades de refrigeração, que permitiram um

grande avanço na qualidade da uva produzida no Vale do Submédio São Francisco. É importante ressaltar a maior tecnificação alcançada pelos produtores dos Projetos de Irrigação Senador Nilo Coelho, Maria Tereza e Bebedouro, em Petrolina, PE, Maniçoba, em Juazeiro, BA, e Curaçá, em Curaçá, BA. A organização dos pequenos produtores em associações ou cooperativas, como a antiga Cooperativa Agrícola de Cotia, atualmente Cooperativa Agrícola de Juazeiro (CAJ), bem como a Associação dos Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco (VALEXPOR), forneceram subsídios de logística e marketing necessários à comercialização da uva no mercado externo (LEÃO; POSSÍDIO, 2000a). No início da década de 1990, iniciaram-se as exportações de uva de mesa, observando-se uma melhoria de qualidade da uva exportada pelo Vale do Submédio São Francisco com a criação, pela VALEXPOR, do Brazilian Grapes Marketing Board (BGMB), em 1992 (LEÃO; POSSÍDIO, 2000a), que, a partir de 2002, passou a atuar como organização independente, denominando-se Brazilian Grapes Marketing Association (BGMA).

Mais recentemente, observou-se uma expansão da área cultivada, que já conta com mais de 10.000 ha, a partir da introdução de variedades sem sementes, em atendimento às demandas de mercado, principalmente externo. É exatamente para o mercado externo que a produção de uvas de mesa da região é orientada, sendo responsável por cerca de 98 % do total das exportações brasileiras dessa fruta (INSTITUTO FNP, 2006; VALEXPOR, 2005). Este volume gerou para o País, em 2007, divisas da ordem de US\$ 169.696.455,00, representadas por um volume de 79.081 t de uvas exportadas. Este resultado decorreu do crescimento em 43 % das exportações brasileiras de uva de mesa em relação ao ano anterior, representado principalmente pelo contínuo aumento dos embarques das uvas sem sementes, cuja quase totalidade provém do Vale do Submédio São Francisco (INSTITUTO BRASILEIRO DE FRUTAS, 2008). Boa parte desses resultados se deve ao compromisso dos produtores e empresários envolvidos no negócio em acompanhar as mudanças de mercados e atender as exigências apontadas ao longo dos anos, resultando na adoção de sistemas modernos de produção e gestão da qualidade, notadamente da Produção Integrada de Frutas (PIF).

A PIF é um programa do Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, regulamentado por meio das Instruções Normativas n° 20, de 27 de setembro de 2001, e n° 12, de 29 de novembro de 2001. Este documento estabeleceu as Diretrizes Gerais para Produção Integrada de Frutas (DGPIF) e as definições e conceitos de

palavras ou expressões técnicas utilizadas nestas diretrizes, que serão seguidas para fins de implementação do sistema nos diferentes cultivos que estejam - como é o caso da viticultura - ou venham a ser contemplados pelo programa (BRASIL, 2001).

Porém, apesar da PIF somente ter sido regulamentada em 2001, dois anos antes já se estabelecia uma parceria entre Embrapa Meio Ambiente, Embrapa Semi-Árido, VALEXPOR, Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho (DISNC) e outras instituições nacionais e estrangeiras para elaboração do diagnóstico ambiental do Vale do Submédio São Francisco. Este diagnóstico foi o ponto de partida para a implantação do Sistema de Acompanhamento da Produção Integrada de Uvas Finas de Mesa (PI Uva) nesta região.

O programa PI Uva no Vale do Submédio São Francisco foi regulamentado por meio da Instrução Normativa nº 11, de 18 de setembro de 2003, que trata das Normas Técnicas Específicas para a Produção Integrada de Uvas Finas de Mesa (NTEPI Uva). Suas principais vantagens são: a manutenção dos níveis de produtividade obtidos pela produção convencional, porém, de uma forma mais saudável - segura, em relação à qualidade final do produto - e com maior respeito ao meio ambiente; e a possibilidade de aumentar a abertura ao mercado internacional de frutas frescas, pois o sistema permite a rastreabilidade do produto e maior credibilidade da qualidade. Posteriormente, a obtenção de vantagem competitiva no mercado interno também será conseguida, pois, num futuro próximo, o consumidor brasileiro estará exigindo alimentos de melhor qualidade e origem controlada, produzidos de maneira correta, sem agredir o meio ambiente e preservando a saúde das pessoas (PRODUÇÃO INTEGRADA DE UVAS FINAS DE MESA, 2006).

Além de frutas, o sistema avançou para agregar outros produtos agropecuários de forma que passou a ser denominado de Sistema Agropecuário de Produção Integrada (SAPI).

Outros sistemas de certificação da qualidade também vêm sendo adotados pelos produtores do Vale do Submédio São Francisco, como estratégias para atendimento aos requisitos de alguns mercados, como EUREPGAP, USAGAP e HACCP ou APPCC, em português. O primeiro correspondia a uma normativa para certificação de produtos agrícolas adotada por um grupo que reunia supermercados europeus enquanto a segunda atendia ao mercado americano. Hoje, a normativa GLOBALGAP compatibiliza os preceitos e requerimentos de outros sistemas de certificação, objetivando-se